

15 JUL 1996

CORRIL BRASILEIRO

Economia  
Brasil

## Paranóias e verdades

Após o impacto inicial das declarações do economista Rüdiger Dornbusch, alemão radicado nos Estados Unidos, que diagnosticou, há dez dias, nas páginas do *Wall Street Journal*, o Plano Real sob risco de colapso, os economistas do (ou ligados ao) governo dedicam-se desde então à tarefa de tentar explicá-las — e atenuá-las.

Não é muito fácil. O argumento central é o de que Dornbusch não disse nenhuma novidade, o que, além não invalidar o que disse, subestima o fato de que falou para vasta plateia de credores e investidores de todo o mundo, que o vêem como porta-voz da verdade. A repercussão disso traduz-se em números.

Pedro Malan, ministro da Fazenda, chegou a fazer blague: o que Dornbusch disse de correto não é novo — e o que disse de novo não é correto. Mas o que disse foi fartamente registrado e acreditado. Disse, por exemplo, que a sobrevivência do real depende das reformas estruturais, empacadas no Congresso. Novi-

dade? Não. E ainda: que o câmbio está sobrevalorizado, em 30% ou 40%. Errou na dose.

A sobrevalorização existe, mas, segundo o pessoal do ramo, é metade disso, o que não deixa de ser gravíssimo. O ponto central da argumentação, que reavivou a antiga paranóia da quebradeira do México, refere-se às reformas. Se tudo depende delas, estamos mal, na medida em que cada vez tornam-se mais distantes da realidade. O presidente Fernando Henrique está sem base parlamentar para aprová-las.

O novo ministro do Planejamento, Antonio Kandir, disse, em seu discurso de posse, que vai procurar definir uma linha de ação que não dependa da conclusão das reformas constitucionais. O governo projetou nelas a saída para aliviar o peso das políticas monetária e cambial. Sem elas, o que fazer? O caminho que Kandir identifica para compensar essa mudança de rumos é o de acelerar as privatizações e, por medidas provisó-

rias, mexer em tributos e fomentar as exportações.

Aquecer, em suma, o mercado interno, atenuar o desemprego, sem comprometer a estabilidade do real. A pergunta é: funcionará? Há um consenso entre os economistas de que o Plano Real está engessado exatamente porque carece de um ajuste fiscal de profundidade. Sem ele, diz o economista Roberto Macedo, que serviu ao governo Collor, “não teremos juros baixos e será muito difícil caminhar na direção de um câmbio mais realista, sem comprometer o objetivo de uma inflação baixa”. Outra pergunta então se impõe: como conseguir um ajuste fiscal dessa dimensão sem mexer na Constituição?

Volta-se, aí, ao ponto de partida: Dornbusch não inventou nenhuma crise. Ela existe e há muito apavora o governo. O nó é político: o governo perdeu o *timing* das reformas e precisa recompor-se no Congresso para tentar ressuscitá-las. Não dispõe de estratégia para isso.